



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: BIODIVERSIDADE E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS¹

Daniel Guedes Goncalves², Maristela Heidemann³

INTRODUÇÃO: Analisar o sistema jurídico brasileiro e sua eficácia na proteção e conservação do meio ambiente no âmbito do atual modelo de desenvolvimento econômico globalizado. Demonstrar como o Direito pode ser empregado na busca pela concretização de uma sociedade que passe a adotar um novo modelo de desenvolvimento que seja sustentável, substituindo o atual já viciado pelo imediatismo do lucro a qualquer preço, e para isso há a necessidade de promover uma justa distribuição de renda que possibilite diminuir as desigualdades sociais e regionais propiciando acesso igualitário e universal à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho para que possa atingir o novo paradigma de um real desenvolvimento sustentável. Analisar possíveis medidas jurídicas que possam ser implementadas para promoção do desenvolvimento sustentável. Demonstrar a (in) viabilidade de um novo modelo de desenvolvimento sustentável pelo uso econômico da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Será utilizado na pesquisa e na elaboração do estudo o método indutivo, através de pesquisas em obras doutrinárias, jurisprudências, leis, tratados e convenções internacionais, Constituições e outros materiais que versem sobre o tema abordado. **RESULTADOS ESPERADOS:** É relevante demonstrar quais os instrumentos jurídicos tem maior eficácia na busca de um novo modelo de desenvolvimento que seja sustentável. Por outro lado, buscar demonstrar que por novos instrumentos legais é possível encontrar soluções para diminuir os atuais índices de pobreza promovendo a justa distribuição dos benefícios pelo uso dos recursos naturais sem, e esse é o objetivo maior, comprometer a qualidade de vida das futuras gerações.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

SHIVA, Vandana. Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes. 2001.

¹ Pós-Graduando em Direito Ambiental Lato Sensu

² Pós-Graduando em Direito Ambiental Lato Sensu

³ Professora do Departamento de Estudos Jurídicos da Unijui, orientadora do projeto, Mestre em Direito.